

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARÁ - SR(01)

DIVISÃO DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO – SR(01)/T

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE MERCADOS DE TERRAS – RAMT

BELÉM – PA

2019

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARÁ - SR(01)

DIVISÃO DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO – SR(01)/T

Relatório de Análise de Mercados de Terras do Pará/RAMT-PA (SR01)
Mercados Regionais de Terra: Castanhal, Bragantino, BR-010, PA-150

Aprovado pela Câmara Técnica em 28 de maio de 2019.

Aprovado pelo Comitê de Decisão Regional em _____ de _____ de 2019.

Peritos Federais Agrários responsáveis pela pesquisa em campo:
MRT Castanhal e BR-010 – Carolina Araújo e Ribamar Freitas

MRT Bragantino – Blunio Brito Bernardo
MRT PA-150 – Almir Portal Alves

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. DESCRIÇÃO E DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DOS MERCADOS REGIONAIS DE TERRAS

3. ANÁLISE DOS MERCADOS REGIONAIS DE TERRA – MRT

3.1. Mercado Regional de Terras Castanhal

- 3.1.1. Abrangência Geográfica
- 3.1.2. Histórico de Ocupação
- 3.1.3. Recursos Naturais
- 3.1.4. Áreas Legalmente Protegidas
- 3.1.5. Infraestruturas
- 3.1.6. Principais Atividades Agropecuárias
- 3.1.7. Apresentação e Análise dos Resultados

3.2. Mercado Regional de Terras Bragantino

- 3.2.1. Abrangência Geográfica
- 3.2.2. Histórico de Ocupação
- 3.2.3. Recursos Naturais
- 3.2.4. Áreas Legalmente Protegidas
- 3.2.5. Infraestruturas
- 3.2.6. Principais Atividades Agropecuárias
- 3.2.7. Apresentação e Análise dos Resultados

3.3. Mercado Regional de Terras BR-010

- 3.2.1. Abrangência Geográfica
- 3.2.2. Histórico de Ocupação
- 3.2.3. Recursos Naturais
- 3.2.4. Áreas Legalmente Protegidas
- 3.2.5. Infraestruturas
- 3.2.6. Principais Atividades Agropecuárias
- 3.2.7. Apresentação e Análise dos Resultados

3.4. Mercado Regional de Terras PA-150

- 3.2.1. Abrangência Geográfica
- 3.2.2. Histórico de Ocupação
- 3.2.3. Recursos Naturais

3.2.4. Áreas Legalmente Protegidas

3.2.5. Infraestruturas

3.2.6. Principais Atividades Agropecuárias

3.2.7. Apresentação e Análise dos Resultados

4. PLANILHAS DE PREÇOS REFERENCIAIS – PPR E DE CUSTO/FAMÍLIA

5. EQUIPE RESPONSÁVEL

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7. ANEXOS AO RELATÓRIO DE ANÁLISE DE MERCADOS DE TERRAS – RAMT

7.1. Ordens de serviço

7.2. Fichas de pesquisa efetivamente utilizadas para a avaliação

7.3. Memórias de cálculo

7.4. Mapas temáticos

7.5. Ata da Câmara Técnica

7.6. Ata do CDR

1. INTRODUÇÃO

Ao considerarmos a missão institucional do INCRA de “implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável” (INCRA, 2011), é possível entender que, para a atuação eficiente e profícua da autarquia, é de fundamental importância conhecer a dinâmica fundiária do país, incluindo as variações do mercado de terras nacional. Para isso, o órgão conta com uma Coordenação-Geral de Obtenção de Terras (DTO), responsável, entre outras atividades, por elaborar os estudos e análises do mercado de terras. Subordinada à DTO, a Divisão de Análise e Estudo de Mercados de Terras (DTO-2), acompanha e propõe os critérios para aperfeiçoamento das Planilhas de Preços Referenciais – PPR, elaboradas pelas Superintendências Regionais.

Utilizada como ferramenta de tomada de decisões para obtenção de terras pelo INCRA, visando incorporação ao Programa Nacional de Reforma Agrária, a Planilha de Preços Referenciais (PPR) relaciona atributos dos imóveis ao preço da terra praticado em um mercado de terras homogêneo, caracterizando-se como uma importante ferramenta para o entendimento do comportamento dos mercados de terras e contribuindo para a qualificação do caráter técnico na tomada de decisões nos processos de obtenção (INCRA, 2014), tanto na gestão, como critério de definição de alçadas decisórias, quanto nas ações técnicas, como “balizador” no procedimento de avaliações de imóveis rurais.

O desenvolvimento de mecanismos que permitam o acompanhamento periódico e sistemático dos mercados possibilita um melhor planejamento administrativo e a mensuração do impacto das políticas públicas voltadas à questão fundiária do país. Com isso, o INCRA desenvolveu uma metodologia para o acompanhamento da evolução dos mercados de terras regionais no Brasil, cuja sistemática de operacionalização está estabelecida no Anexo V do Manual de Obtenções de Terra e Perícia Judicial, aprovado pela Norma de Execução/ INCRA/DT/Nº 112, de 12 de setembro de 2014, com

detalhamento dos procedimentos técnicos e operacionais para elaboração de uma planilha de preços referenciais (PPR).

Ainda, como instrumento referencial sobre preços de um mercado, a PPR representa uma conjuntura socioeconômica que também deve ser analisada e integrar um documento mais amplo, que retrate as características e especificidades do mercado de terras das áreas jurisdicionadas às Superintendências. Trata-se tal documento como Relatório de Análise de Mercados de Terras – RAMT.

Para a elaboração do RAMT 2018/2019 da SR 01, utilizamos a metodologia desenvolvida pela DTO-2, que consiste nas seguintes etapas:

- I - Delimitação dos mercados regionais de terras (MRT) por meio de análise de agrupamento (*cluster analysis*), com a finalidade de identificar zonas homogêneas;
- II - Colheita de dados e de informações, pesquisa bibliográfica e elaboração, pela Câmara Técnica, da lista preliminar de tipologias de uso do solo para cada MRT, a ser confirmada com as pesquisas de mercado;
- III - Trabalhos de campo para realização das pesquisas de mercado e colheita de amostras – ofertas (OF), negócios realizados (NR) e opiniões fundamentadas (OPF) - por MRT;
- IV - Definição das tipologias de uso de imóveis para cada MRT; das tipologias com mercado definido e com mercado consolidado;
- V - Cálculo do valor médio e do campo de arbítrio para a amostra geral dos elementos do MRT, para as tipologias de uso com mercado definido e com mercado consolidado;
- VI - Análise dos indicadores do comportamento dos mercados regionais;
- VII - Elaboração do Relatório de Análise do Mercado de Terras (RAMT) e da Planilha de Preços Referenciais (PPR);
- VIII - Análise pela Câmara Técnica e encaminhamento para o Comitê de Decisão Regional – CDR para deliberação; e
- IX - Encaminhamento do processo para a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – DT para registro.

2. DESCRIÇÃO E DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DOS MERCADOS REGIONAIS DE TERRAS - MRT

O Mercado Regional de Terras (MRT) é determinado pela área ou região com fatores assemelhados na formação dos preços de mercado e nas transações de imóveis rurais, entendido como zona homogênea de características e atributos geossocioeconômicos que exercem influência na determinação do preço da terra.

A delimitação dos Mercados Regionais de Terras foi realizada por meio da ferramenta estatística “análise de agrupamento” (*cluster analysis*) com o objetivo de reunir as áreas abrangidas pela SR em Zonas Homogêneas, o que resultou em uma subdivisão da jurisdição da SR 01 em 04 (quatro) Mercados: MRT – Castanhal, MRT – Bragantino, MRT – BR-010 e MRT – PA-150.

Como metodologia para a delimitação geográfica dos mercados regionais, utilizou-se a ferramenta estatística análise de agrupamento denominada (*cluster analysis*), adaptada ao contexto de zonas homogêneas para definição do preço de terras.

As variáveis do Censo Agropecuário utilizadas na identificação e delimitação dos mercados regionais foram:

- a) Área total do município;

- b) Lavoura permanente;
- c) Lavoura temporária;
- d) Área de pastagem plantada;
- e) Área total de matas e floresta natural;
- f) Valor total da produção animal;
- g) Valor total da produção vegetal;
- h) Receita total líquida;
- i) Receita total bruta;
- j) Área de proprietários no município;
- k) Receita bruta por unidade de área;
- l) Propriedades menores que 500 ha.

Na primeira aproximação, utilizando-se a análise de agrupamento, obtivemos a seguinte distribuição geográfica, representada na Figura 1:

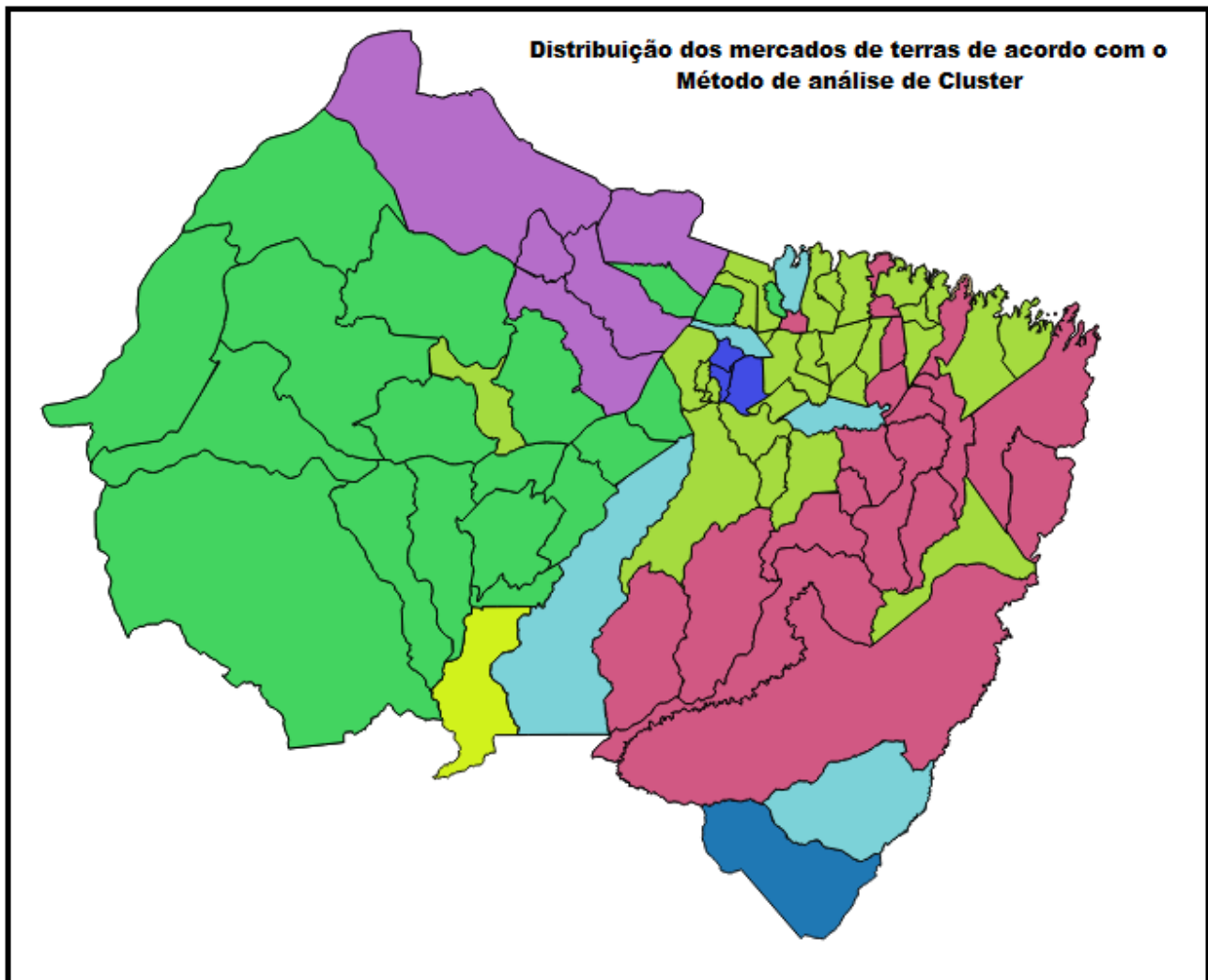


Figura 1. Primeira aproximação para a delimitação dos Mercados Regionais de Terras com base no método *cluster analysis*.

A partir desse primeiro resultado, respeitando os aspectos de valoração da terra entre os municípios, foram feitos ajustes nos agrupamentos até que chegamos à definição de cinco mesorregiões: Marajó, Castanhal, Bragantino, BR-010 e PA-150 (Figura 2).

Por se tratar de área especialmente protegida, a mesorregião do Marajó não foi caracterizada como Mercado regional de Terras, pois nela o mercado de terras é, em quase sua totalidade, realizado informalmente, uma vez que o gerenciamento da região é feito pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, a qual pertence o acervo fundiário.

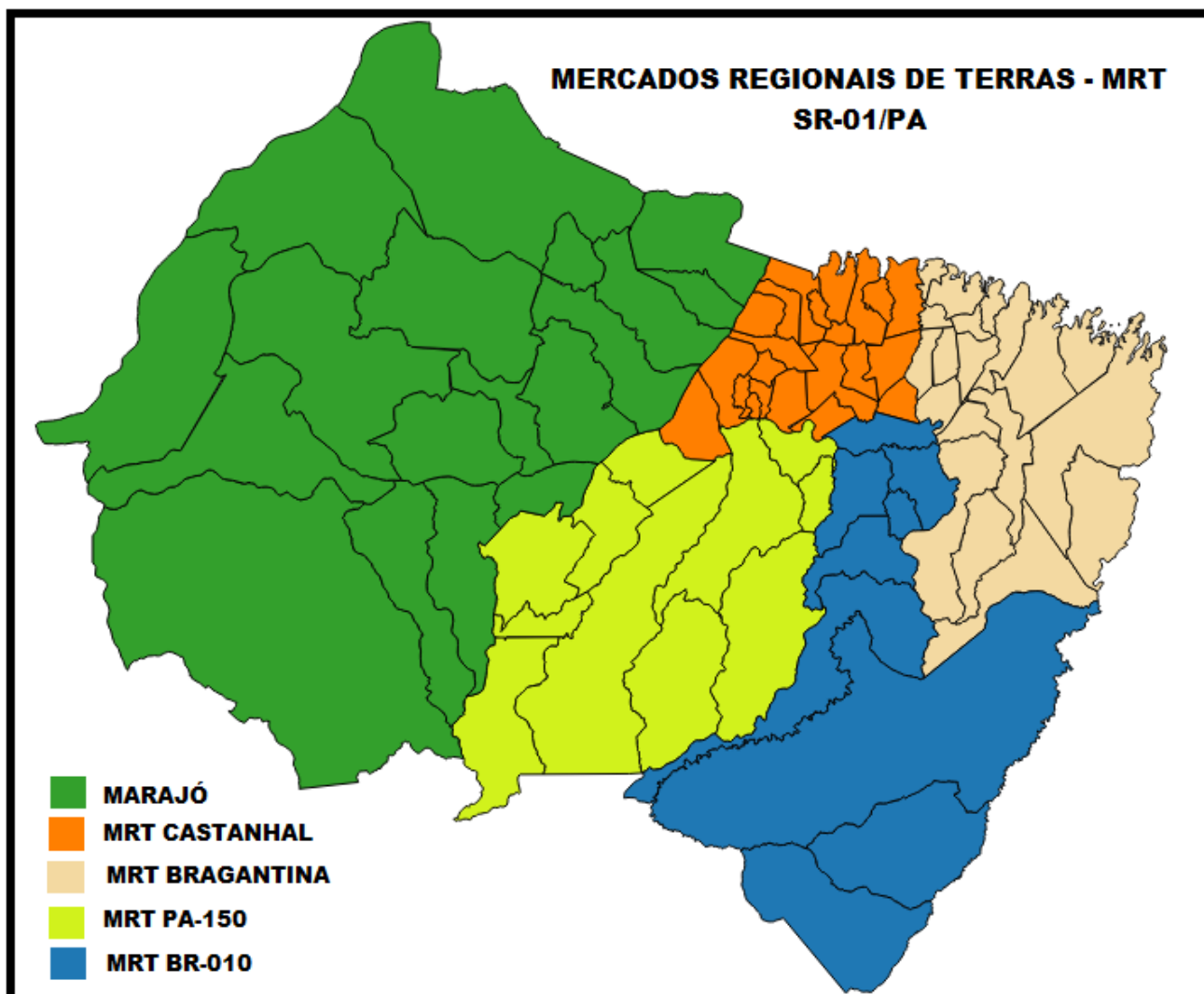


Figura 2. Distribuição dos Mercados Regionais de Terras da SR-01/PA.

3. ANÁLISE DOS MERCADOS REGIONAIS DE TERRAS - MRT

3.1. MERCADO REGIONAL DE TERRAS CASTANHAL

3.1.1. Abrangência Geográfica

De acordo com a nova divisão geográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o MRT Castanhal (Figura 3) é composto por municípios das Regiões Intermediárias (antigas Mesorregiões) de Belém e Castanhal, constituídas, por sua vez, por municípios das Regiões Imediatas (antigas Microrregiões) de:

- a) Belém: Ananindeua, Belém, Benevides, Colares, Marituba, Santa Izabel do Pará, Santa Bárbara do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas e Vigia;
- b) Castanhal: Castanhal, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Maria do Pará, São Francisco do Pará, São João da Ponta e Terra Alta.

De acordo com o Decreto Estadual nº 1.066, de 19/07/2008, que dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e cria as Regiões de Integração do Estado, tendo por objetivo “definir regiões que possam representar espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física, quer economicamente, com a finalidade de definir espaços que possam se integrar de forma a serem partícipes do processo de

diminuição das desigualdades regionais” (art. 1º), os municípios de Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santo Antônio do Tauá, Santa Maria do Pará, Santa Izabel do Pará, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia pertencem a Região de Integração do Guamá. O perfil desta rede municipal é composto por municípios predominantemente por unidades territoriais de classe de tamanho pequeno (até 100.000 habitantes).

3.1.2. Histórico de Ocupação

Alguns municípios do MRT Castanhal surgiram a partir da necessidade de afirmação de posse e defesa do litoral, entre os séculos XVI e XIX, como Belém e Vigia (da Luz et al., 2013), tendo praças-fortes como base e localização escolhida por conveniências estratégicas. Outros municípios se formaram a partir de conquista religiosa, com a constituição de fundações jesuíticas e de outras ordens religiosas, com as quais se fixou o homem na região Amazônica, como São Caetano de Odivelas (Portal Odivelas, 2016) e Marapanim (Prefeitura de Marapanim, s/d).

Há ainda os municípios que se formaram com a chegada de migrantes, como é o caso de Castanhal: o município começou a se desenvolver a partir da instalação da Estrada de Ferro Belém/Bragança e com o povoamento de colonos e migrantes nordestinos especializados no cultivo da terra e, atualmente, é considerado polo agropecuário da região (SEPOF, 2007) já que tem localização privilegiada não apenas em relação aos municípios da região do Salgado Paraense, mas também em relação a todo o Estado do Pará, pois é cortado pela rodovia federal BR-316, principal via de ligação entre a capital paraense e as outras regiões do país e está a pouco mais de 60 quilômetros de distância do porto, aeroporto e da Alça Viária, na região metropolitana de Belém. Também há aqueles municípios que se desenvolveram a partir de colônias agrícolas, como Benevides (Prefeitura de Benevides, 2018). A estrada de ferro também foi responsável pelo desenvolvimento dos municípios de Marituba (Prefeitura de Marituba, s/d), de Igarapé-Açu (Prefeitura de Igarapé-Açu, s/d) e de Santa Maria do Pará (Prefeitura de Santa Maria s/d).

Em 1944, os territórios de São Francisco do Pará e Inhangapi foram desmembrados do município de Castanhal e passaram a constituir novos municípios. Os municípios instalados mais recentemente foram os de Terra Alta e São João da Ponta, em 1993 e 1997, respectivamente. Todos os outros são anteriores à Constituição de 1988.



Figura 3. Municípios que compõem o MRT Castanhal.

3.1.3. Recursos Naturais

A superfície terrestre dos municípios do MRT Castanhal apresenta altimetria de terras baixas (de 0 a 5 m nas planícies marinhas e fluviomarinhas), com áreas de baixos planaltos, denominados Planaltos Rebaixados da Amazônia Bragantina (50 a 200 m) (Furtado e da Ponte, 2013) não apresentando acidentes geográficos expressivos.

A formação geológica dos municípios do MRT Castanhal ocorreu no Éon Fanerozoico (542 milhões de anos até o presente), Era Cenozoica. Sendo os terrenos da porção litorânea (municípios de Santo Antônio do Tauá, Vigia, Colares, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, Curuçá, Marapanim, Magalhães Barata e Maracanã) formados por Sedimentos do Quaternário e os demais por rochas sedimentares (da Luz et al., 2013).

As morfoestruturas **Bacias e coberturas sedimentares e Depósitos sedimentares do Quaternário** sustentam a unidade de relevo **Planalto Rebaixado da Amazônia** (da Luz et al., 2013).

De acordo com o sistema brasileiro de classificação de solos elaborado pela Embrapa, na região predominantemente ocorrem latossolos amarelos, de textura média (ocorrem em grandes extensões, são profundos, bem drenados, de elevada acidez e baixa fertilidade), com boa aptidão para agricultura. Já os solos das várzeas dos vários rios e igarapés que cortam a região são solos hidromórficos.

A vegetação é considerada antropizada, predominantemente formada por Florestas Secundárias, decorrentes da elevada remoção das Florestas Primárias para, inicialmente, o estabelecimento de cultivos de subsistência (milho, arroz, feijão e mandioca). A prática intensiva da agropecuária, o cultivo da pimenta-do-reino e, nos últimos anos, do dendê, contribuíram fortemente para o desmatamento da região.

De acordo com a Resolução nº 32/2003 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a RI Guamá possui duas Regiões Hidrográficas: Região Hidrográfica do Tocantins, abrangendo as bacias hidrográficas do Rio Marapanim/ Pirá e Rio Guamá/Capim (SEIR, 2010); Região Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental, abrangendo as bacias hidrográficas do Rio Marapanim/Pirá (SEIR, 2010).

Segundo a classificação de Köppen, no estado do Pará o clima é Tropical Equatorial Quente Úmido (A). Na região costeira predomina o subtipo Sempre Úmido (Af), que não apresenta estação seca e é definido como muito chuvoso (Af1). Na porção não costeira do MRT, o subtipo predominante é clima de monção (Am), pouco chuvoso e moderadamente seco (Am2) (da Luz et al., 2013). O trimestre mais chuvoso ocorre nos meses de fevereiro, março e abril e o período mais seco ocorre nos períodos de outubro, novembro e dezembro (SEIR, 2010).

Considerando o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará, a RI Guamá se encontra na Zona de Consolidação das Atividades Produtivas (SEIR, 2010).

3.1.4. Áreas Legalmente Protegidas

As Unidades de Conservação dos municípios do MRT Castanhal estão descritas na Tabela 1, a seguir:

Município	Grupo	Denominação	Área (ha)	Responsável
Ananindeua	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém	5600,00	Estadual/IDEFLOR-Bio
Belém	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém	5600,00	Estadual/IDEFLOR-Bio
	Proteção Integral	Parque Estadual do Utinga	1400,00	Estadual/IDEFLOR-Bio
Benevides	Proteção Integral	Refúgio de Vida Silvestre da Metrópole da Amazônia	6400,00	Estadual/IDEFLOR-Bio
Curuçá	Uso Sustentável	Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá	37064,23	Federal/ICMBio
Magalhães Barata	Uso Sustentável	Reserva Extrativista Marinha Cuinarana	11037,00	Federal/ICMBio
Maracanã	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental de Algodoal/Maiandea	3132,90	Estadual/IDEFLOR-Bio
	Uso Sustentável	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas	7062,02	Estadual/IDEFLOR-Bio
	Proteção Integral	Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto	339,28	Estadual/IDEFLOR-Bio
	Uso Sustentável	Reserva Extrativista Marinha de Maracanã	30018,88	Federal/ICMBio
Marapanim	Uso Sustentável	Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo	26465,00	Federal/ICMBio
Marituba	Proteção Integral	Refúgio de Vida Silvestre da Metrópole da Amazônia	6400,00	Estadual/IDEFLOR-Bio
Santo Antônio do Tauá	Uso Sustentável	Reserva Particular do Patrimônio Natural Klagesi	23,00	Iracy Corecha Jauffret
Santa Izabel do	Proteção	Refúgio de Vida Silvestre da Metrópole	6400,00	Estadual/IDEFLOR-

Pará	Integral	da Amazônia		Bio
São Caetano de Odivelas	Uso Sustentável	Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba	21029,00	Federal/ICMBio
São João da Ponta	Uso Sustentável	Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta	3203,24	Federal/ICMBio

Tabela 1. Áreas ambientalmente protegidas. Fonte: IDEFLOR-Bio. 2017.

3.1.5. Infraestruturas

A Região de Integração do Guamá disponibiliza uma malha rodoviária de 658,71 Km em extensão de rodovias pavimentadas, sendo que os municípios de Santa Izabel do Pará com 117,80 Km e de Castanhal com 116,91 Km apresentam as maiores extensões de rodovias pavimentadas da região (SEIR, 2010). Já o município de São João da Ponta não apresenta rodovias pavimentadas. Quanto ao serviço de transportes, a região é atendida predominantemente por transporte terrestre, sendo o urbano na modalidade de táxi, mototáxi e vans. Há algumas linhas intermunicipais de ônibus. O transporte por barcos também é significativo, não ocorrendo apenas em Castanhal, Igarapé-Açu, Santa Maria do Pará, São Francisco do Pará Terra Alta e Região Metropolitana, com exceção de Belém (SEIR, 2010). Segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, estão planejadas as instalações dos Portos de Espadarte, da Hidrovia Guamá-Rio Capim e da Ferrovia Norte-Sul. A Figura 3 traz a representação esquemática do mapa de infraestrutura da RI Guamá.

Desconsiderando os municípios da região metropolitana de Belém, é possível verificar pela Tabela 2 que o total de Instituições de Ensino Fundamental deste MRT é igual a 717 e o total de Instituições de Ensino Médio é igual a 67, sendo que Castanhal e Maracanã são os municípios com maior número de escolas e São João da Ponta o município com o menor número.

Na mesma tabela é possível observar a quantidade de estabelecimentos de saúde que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que, no MRT, sem os municípios da Região Metropolitana, somam 219.

De acordo com dados da FAPESPA (2016), a RI Guamá apresenta a 3ª menor taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais (13%), a 5ª menor taxa de mortalidade infantil (17%) e a 7ª maior taxa de pobreza do Estado (42%).

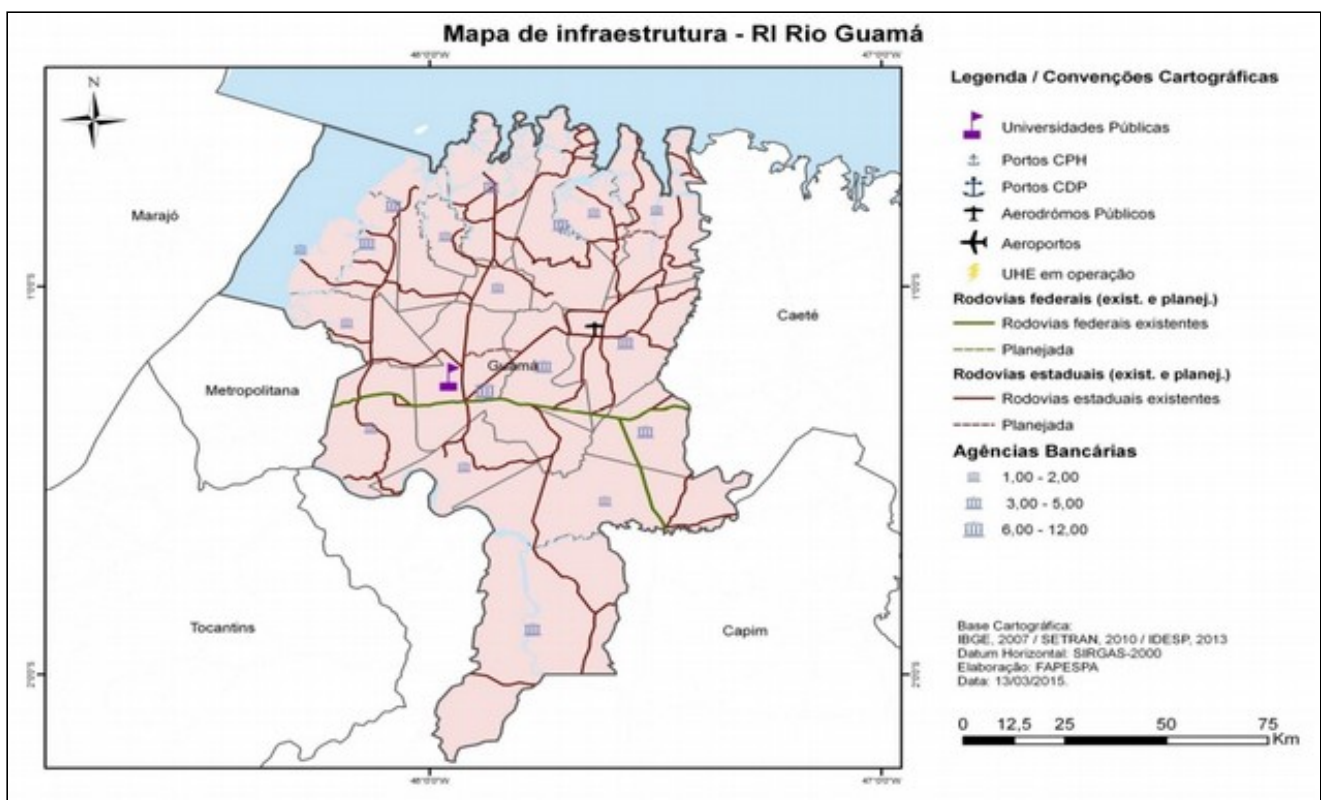


Figura 4. Mapa de infraestrutura da RI Guamá. Fonte: FAPESPA (2016).

Municípios	Escola Ens. Fund.	Escola Ens. Méd.	Estab. Saúde (SUS)
Belém	538	171	168
Benevides	47	8	17
Marituba	61	10	21
Santa Bárbara do Pará	25	2	9
Santa Izabel do Pará	48	6	18
Sub Total	719	197	233
Castanhal	106	24	53
Colares	27	5	10
Curuçá	65	4	16
Igarapé-Açu	61	8	15
Inhangapi	29	2	14
Magalhães Barata	22	1	9
Maracanã	80	2	21
Marapanim	53	3	14
Santa Maria do Pará	55	3	8
Santo Antônio do Tauá	52	3	17
São Caetano de Odivelas	32	1	7
São Francisco do Pará	35	1	9
São João da Ponta	11	1	4
Terra Alta	18	2	5
Vigia	71	7	17
Sub Total	717	67	219
Total Geral	1436	264	452

Tabela 2. Número de estabelecimentos de ensino fundamental e médio e de saúde presentes nos municípios do MRT. Fonte IBGE (Dados de 2017).

3.1.6. Principais Atividades Agropecuárias

Segundo dados da FAPESPA (2016), a Região de Integração Guamá, que abrange os municípios deste MRT, ocupa o segundo lugar no cultivo de dendê, sendo os principais produtores Igarapé Açu e Santo Antônio do Tauá, correspondendo a 12% da produção estadual; a RI é a 2ª maior produtora de pimenta-do-reino (25% da produção estadual) e 3ª na produção de mandioca (13%), destacando-se os municípios de Santa Maria e São Domingos do Capim. A RI ainda tem relevância por apresentar um polo pesqueiro, formado pelos municípios de Marapanim, São Caetano de Odivelas e Curuçá e dois municípios com ênfase na avicultura que são Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá.

3.1.7. Apresentação e Análise dos Resultados

A colheita de opiniões fundamentadas e de dados sobre ofertas e negócios realizados de imóveis foi realizada em todos os municípios da Região analisada. Também levantamos informações sobre as características econômicas dos municípios, como potencialidades agrícolas, principais produtos cultivados, fatores de indução da venda de imóveis rurais etc.

Os órgãos que mais contribuíram para a obtenção dessas informações foram a EMATER, as Secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente e os Sindicatos de Produtores e Trabalhadores Rurais. Também consultamos imobiliárias, corretores de imóveis rurais e profissionais da área de geotecnologia. Após reunir as informações necessárias sobre os imóveis ofertados, quando possível, procedemos com a marcação de uma coordenada geográfica da porteira de entrada de cada imóvel em campo.

Nesta pesquisa não foram consultados os cartórios de notas, em virtude de sua pouca contribuição histórica a este trabalho e por conta do pouco tempo disponível para sua realização.

A partir das opiniões e de informações básicas de localização de imóveis ofertados e de proprietários que fizeram ou pretendiam fazer negócio no último ano, contatamos os informantes por telefone e/ou fomos até o imóvel. Seguindo esta metodologia, pesquisamos 37 imóveis, entre ofertas e negócios realizados, segundo a tabela 3 abaixo.

Tipologia	Tipo de Informação	Quantidade
Pecuária	NR	2
	OF	7
	OP	-
Agricultura	NR	4
	OF	7
	OP	-
Terra nua	NR	5
	OF	12
	OP	-
TOTAL		37

Tabela 3. Número de imóveis pesquisados por tipologia.

De acordo com os dados obtidos, identificamos que:

- a) Os preços de oferta dos imóveis rurais podem ser negociáveis em até 20% para a efetivação da venda;
- b) Municípios que estão muito próximos de um polo comercial/distribuidor (como é o caso de Santa Maria e Castanhal) acabam sofrendo influência na valorização de suas terras;
- c) Os municípios de Maracanã e Magalhães Barata anualmente passam por um intenso período de seca que prejudica a pecuária e a agricultura; este fato faz cair o preço dos imóveis rurais;
- d) Municípios como Marapanim, em que a maior parte das terras não tem documentação de origem, apresentam baixo preço por hectare;
- e) Em São João da Ponta, o ITERPA fez um trabalho pioneiro, em 2006, com a emissão de títulos em praticamente toda a área rural do município, o que elevou o preço dos imóveis; neste município, o maior limitador do preço é o fato de que boa parte dos imóveis que estão em vias de comercialização podem estar dentro da RESEX, o que restringe as potencialidades de uso dos imóveis;
- f) Em Vigia e São Francisco já não há grandes áreas para comercialização, pois os imóveis rurais estão sendo redivididos como herança; boa parte dos imóveis também não possui documentação e se caracterizam como minifúndios.

3.2. MERCADO REGIONAL DE TERRAS BRAGANTINO

3.2.1. Abrangência Geográfica

O Mercado Regional de Terras Bragantino é composto pelos seguintes municípios: Augusto Corrêa, Bragança, Bonito, Cachoeira do Piriá, Capanema, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Nova

Esperança do Piriá, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Ourém, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu (Figura 5).

A área objeto deste estudo fica situada em uma dessas regiões, especificamente na mesorregião Nordeste Paraense, cujos municípios pertencem às regiões de integração dos rios Caeté, Guamá

A dinâmica de ocupação e de transformação é visível, visto que na atualidade apenas 35% das matas primárias originais existem na região. Como consequência de um forte movimento de desmatamento, hoje é comum se encontrar as paisagens com erosões, rios e igarapés assoreados, fauna e flora em extinção, além de alterações climáticas.

A situação fundiária do MRT é um dos principais motivos dos conflitos existentes na região. Assim, o território conta com projetos de assentamento federais distribuídos nos municípios de Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Nova Esperança do Piriá, Santa Luzia do Pará.

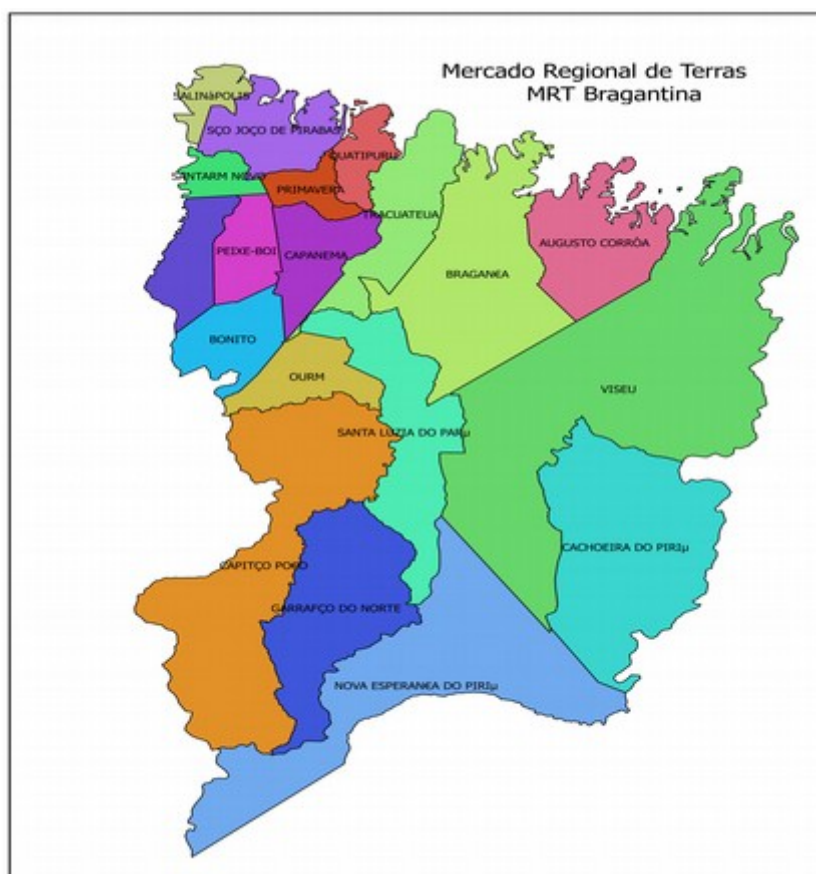


Figura 5. Municípios que compõem o MRT Bragantina.

3.2.2. Histórico de Ocupação

A formação étnica predominante do Nordeste Paraense é de indígenas, negros e portugueses, com forte influência da cultura nordestina em decorrência do fluxo migratório ocorrido com a construção das rodovias de integração. No entanto, o processo de colonização foi desigual, com dois grandes ciclos de ocupação. No primeiro ciclo, a origem dos municípios da mesorregião estava vinculada às incursões realizadas pelos portugueses ao interior do Estado com a ideia de “constituição do Novo Mundo”, no qual os europeus utilizavam os cursos dos rios Acará, Guamá e Capim para tais empreendimentos.

O segundo ciclo de ocupação teve início na década de 50 até os anos 80. Nesse período, grandes rodovias (BR-010, BR-316) foram abertas, com a máxima de “Integração Nacional” dos governos militares, o que implicou em fluxos migratórios vindos de outros estados ao longo das rodovias, fazendo com que surgissem pequenas vilas que posteriormente originaram os atuais municípios.

O processo histórico de colonização dessa mesorregião tornou-se mais intenso a partir da construção da estrada de ferro Belém-Bragança. As alterações com a construção da ferrovia que interligaram os municípios são o testemunho das mudanças ocorridas. A área de influência da ferrovia constituiu-se na primeira fronteira agrícola da região e, por conseguinte, apresentava forte dinâmica de crescimento populacional e econômico. Enquanto se evidenciava o crescimento dessa região, o restante do estado, de base extrativista, apresentava tendência de retração face ao declínio do extrativismo da borracha.

3.2.3. Recursos Naturais

A paisagem bragantina de hoje é um mosaico de capoeiras com diferentes graus de sucessão vegetal, culturas agrícolas e áreas de pastagem. As florestas frondosas, exuberantes e sempre verdes do bioma amazônico, ocorreram até inícios de 1900, quando foram substituídas por plantas heliófilas de sucessão secundária e xerófilas típicas do Nordeste do Brasil.

O solo predominante do MRT é do tipo Latossolo Amarelo de textura média, ácido e, em geral, com baixa fertilidade natural. Os solos aluviais e solos hidromórficos indiscriminados são encontrados nas áreas de várzea. Pelas características do solo, a região tem inúmeras possibilidades de exploração extrativista de materiais como areia, seixo, pedreira, brita, piçarra e argila.

Nessa região o tipo climático varia de Mesotérmico a Megatérmico úmido, peculiar da região Amazônica. É caracterizado pela ocorrência de temperaturas elevadas, acompanhadas de muita umidade. A temperatura mínima oscila entre 22°C e 23°C e a máxima entre 30°C e 34°C. A umidade relativa do ar está entre 85% a 91% com chuvas abundantes e pluviosidade de 2.250 a 2.500 mm anuais.

Apresenta abundância de recursos hídricos, com inúmeros rios, igarapés e lagos. As Bacias hidrográficas são: Bacia Atlântico – trecho Norte/Nordeste. A rede hidrográfica é formada pelos rios Guamá, Gurupi, Piriá, Irituia e seus afluentes e subafluentes. Esses rios outrora eram as únicas vias de transporte, comunicação e pesca na região.

As matas ciliares e as nascentes desses rios sofreram desmatamento e hoje, muitos deles, estão assoreados, sendo que no período de estiagem os níveis de água diminuem e, conseqüentemente, há a diminuição do pescado, portanto, com perdas econômicas a população.

O ecossistema florestal é formado por Floresta Equatorial Latifoliada, representada pelos subtipos Floresta Densa (altos e baixos platôs), dos terraços e Floresta densa de planície aluvial (várzea), vegetação secundária e pastagem, formando o ecossistema terrestre que apresenta características específicas de acordo com a distância dos rios.

3.2.4. Áreas Legalmente Protegidas

O quadro a seguir (Tabela 3) demonstra as áreas ambientalmente protegidas na região de abrangência do MRT Bragantino.

Municípios	Área Territorial Oficial	UCUs Federal	UCPI Federal	UCUs Estadual	UCPI Estadual	Terra Indígena	Total Áreas Protegidas	% Total De Áreas Protegidas
Pará	1.247.955	128.200	73.163	146.445	54.752	284.114	686.673	55
Augusto Corrêa	1.092	81	-	-	-	-	81	7
Bonito	587	-	-	-	-	-	-	-
Bragança	2.092	282	-	-	-	-	282	13
Cachoeira do Piriá	3.100	-	-	-	-	-	-	-

Capanema	615	-	-	-	-	-	-	-
Capitão Poço	2.900	-	-	-	-	2	2	0
Garrafão do Norte	1.599	-	-	-	-	8	8	0
Nova Esperança do Piriá	2.809	-	-	-	-	1.467	1.467	52
Nova Timboteua	490	-	-	-	-	-	-	-
Ourém	562	-	-	-	-	-	-	-
Peixe-Boi	450	-	-	-	-	-	-	-
Primavera	259	-	-	-	-	-	-	-
Quatipuru	326	2	-	-	-	-	2	1
Salinópolis	238	2	-	-	-	-	2	1
Santa Luzia do Pará	1.356	-	-	-	-	373	373	28
Santarém Novo	230	28	-	-	-	-	28	12
São João de Pirabas	706	0	-	-	-	-	-	-
Tracuateua	934	267	-	-	-	-	267	29
Viseu	4.915	430	-	-	-	20	450	9

UCUs – Unidade de Conservação de Uso Sustentável

UCPI – Unidade de Conservação de Proteção Integral

Tabela 4. Áreas Protegidas (km²) nos municípios do MRT Bragantino. Fonte: IBGE/ICMBIO/MMA/FUNAI. Elaboração: FAPESPA.

3.2.5. Infraestruturas

A Região apresenta uma densa malha rodoviária, tendo como eixos principais as rodovias BR-316 (Pará – Maranhão) e a BR-010 (Belém-Brasília), e eixos secundários, com várias rodovias estaduais, como a PA-252, PA-253, PA-140, entre outras.

A infraestrutura existente, principalmente com relação à sua malha rodoviária e sua bacia hidroviária, facilita o escoamento dos produtos, dá-se destaque, às seguintes atividades econômicas: pesca, agricultura geral, fruticultura, cadeia produtiva da mandioca, feijão caupi, mineração, turismo, pecuária, produção de leite e derivados.

Um programa que também têm trazido muitos benefícios à população do Território é o Programa Luz para Todos, que leva energia elétrica a diversas comunidades ao longo de toda região.

3.2.6. Principais Atividades Agropecuárias

A partir do final da década de 80, com a consolidação das organizações e movimentos sociais, ocorreu a mobilização para construção de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, culminado, em 1989, com a criação de uma Lei Agrícola baseada no crédito para a Agricultura Familiar, o PRONAF. Paralelamente surgia o debate sobre uma agricultura eficiente, eficaz e efetiva que fosse alicerçada nos princípios e conceitos de: a) ecologia; b) preservação do meio ambiente; c) conservação da biodiversidade; d) uso sustentável dos recursos naturais; e) segurança alimentar e nutricional das populações rurais e urbanas; f) sustentabilidade dos sistemas de produção familiar e g) resgate e valorização da cultura local.

A expansão do agronegócio representado pela soja, a extensão das pastagens, a agricultura mecanizada e a extração de minério impactaram novamente a mesorregião e alteraram as relações de trabalho.

Do ponto de vista social, a região também sofreu alterações consideráveis onde os produtores tradicionais passaram a trabalhar em colheitas sazonais, substituindo periodicamente a roça por salários. Mesmo com tais mudanças, a economia da região ainda está centrada na agricultura de subsistência, de base familiar, onde a produção excedente é comercializada, porém com grandes entraves, a saber:

- a) Falta de conhecimento dos mercados consumidores;
- b) Desorganização da produção;
- c) Desorganização dos agricultores e agricultoras;
- d) Ação de intermediários; e
- e) Inexistência de rede de comercialização. Essas limitações prejudicam os produtores que deixam de ganhar, beneficiando os atravessadores que absorvem grande parte das receitas.

Em vários Municípios existem as chamadas “feiras do produtor”, onde os (as) agricultores (as) de base familiar negociam diretamente com os consumidores. A circulação dos produtos ocorre em diversos municípios de dentro e fora dessa região, incluindo a capital Belém e cidades de outros estados. Na maioria das vezes a compra é efetuada por atravessadores que adquirem os produtos dos agricultores por um valor baixo e com isso obtém elevados lucros.

As práticas agrícolas sempre fizeram parte do cotidiano do agricultor familiar, tendo como principal finalidade a obtenção de renda que permita a segurança das suas famílias.

Em virtude dos fracassos dos colonos descapitalizados, houve uma tendência de diversificação dos sistemas de produção agrícola, incluindo culturas perenes, pequena criação, extração vegetal e pecuária. Muitos adotaram essas práticas como forma de melhorar a renda e atender as necessidades básicas. No entanto, mesmo sem saber, já estavam adotando alguns princípios de agroecossistema sustentável.

3.2.7. Apresentação e Análise dos Resultados

Após a colheita das informações de campo, obtivemos 24 amostras obtidas junto aos principais representantes de entidades de classes e setores ligados ao mercado de terras.

Durante a fase de pesquisas, identificamos as tipologias: Pecuária, Agricultura e Terra Nua, conforme demonstra a Tabela 5.

Tipologia	Tipo de Informação	Quantidade
Pecuária	NR	0
	OF	6
	OP	5
Agricultura	NR	0
	OF	3
	OP	1
Terra nua	NR	2
	OF	4
	OP	3
TOTAL		24

Tabela 5. Número de imóveis pesquisados por tipologia.

3.3. **MERCADO REGIONAL DE TERRAS BR-010**

3.3.1. **Abrangência Geográfica**

De acordo com a nova divisão geográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a MRT BR-010 (Figura 6) é composto por municípios da Região Intermediária (antiga Mesorregião) de Castanhal, constituída, por sua vez, por municípios das Regiões Imediatas (antigas Microrregiões) de:

- a) Castanhal: Irituia, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá; e
- b) Paragominas: Aurora do Pará, Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Paragominas e Ulianópolis.

De acordo com o Decreto Estadual nº 1.066, de 19/07/2008, que dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e cria as Regiões de Integração do Estado, tendo por objetivo “definir regiões que possam representar espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física, quer economicamente, com a finalidade de definir espaços que possam se integrar de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais” (art. 1º), os municípios de Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis pertencem a Região de Integração do Rio Capim. O perfil desta rede municipal é composto por municípios de unidades territoriais predominantemente de classe de tamanho pequeno e médio (até 100.000 habitantes).

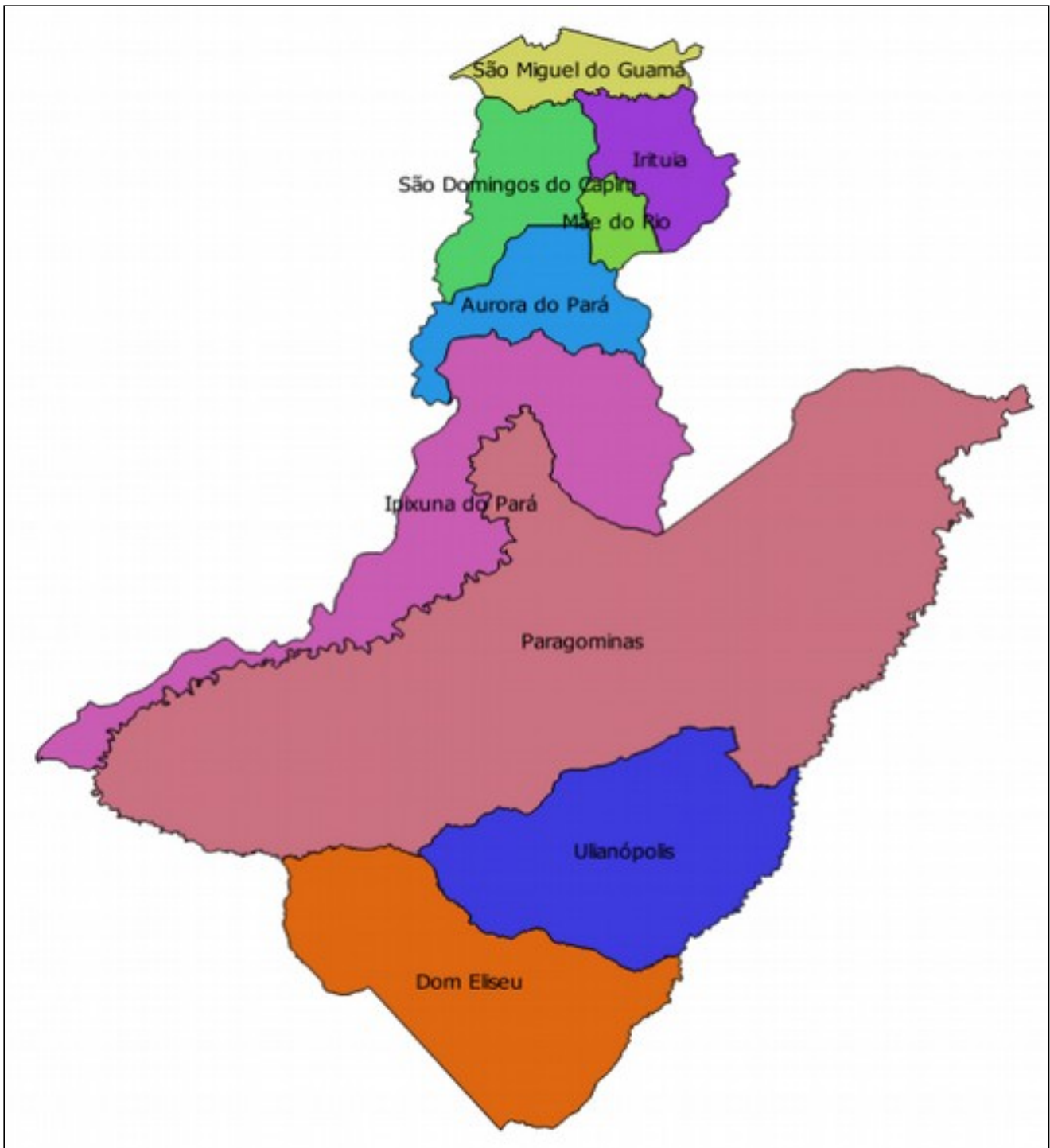


Figura 6. Municípios que compõem o MRT BR-010.

3.3.2. Histórico de Ocupação

Os municípios da Região Imediata de Castanhais, que fazem parte do MRT BR-010, tiveram a mesma origem, datando do fim do século XVII e início do século XVIII, com a expansão da ocupação portuguesa ao longo das margens dos rios Guajará, Guamá e Capim.

Assim, em 1758, Francisco José de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião de Carvalho, “Marquês de Pombal”, em cumprimento a uma lei de 6 julho de 1755 erigiu o pequeno povoado de São Domingos da Boa Vista, então, existente em freguesia, e que atualmente é o município de São Domingos do Capim (Prefeitura de São Domingos do Capim, s.d.).

O município de São Miguel do Guamá é resultado do processo de povoamento da região a partir da instalação da Fazenda Pernambuco pelo convento do Carmo com a carta de sesmaria concedida pelo Governo da Capitania (Prefeitura de São Miguel do Guamá, s.d.). A origem do município de Irituia também repousa na concessão de uma carta de sesmaria a Lourenço Ferreira Gonçalves (Prefeitura de Irituia, s.d.).

Já os municípios da Região Imediata de Paragominas tem uma origem comum com a implantação da BR-010 ou Rodovia Belém-Brasília e com os incentivos de programas governamentais para ocupação de terras, o que provocou uma intensa onda migratória para a região. Passada a fase hidroviária de desenvolvimento e ocupação do litoral, a abertura de estradas possibilitou a ocupação das áreas de planalto do interior do estado, com terra firme e matas altas e exuberantes, a exemplo da vila Aurora ou Km 58, local de exploração de madeira e de posterior implantação de agricultura, e que deu origem ao município de Aurora do Pará (Prefeitura de Aurora, s.d.).

Ipixuna do Pará originou-se a partir da Vila de Ipixuna, formada por migrantes, principalmente nordestinos, que chegavam à região. A SUDAM fomentou diversos incentivos fiscais, o que provocou o surgimento de grandes empreendimentos rurais. A necessidade de voz política fez surgir o desejo de emancipação da Vila do então município de São Domingos do Capim, dando origem ao município de Ipixuna do Pará no início da década de 90 (Prefeitura de Ipixuna do Pará, s.d.).

A colonização do território que hoje se denomina município de Mãe do Rio, teve início na década de 50, por ocasião da construção da BR-010, quando o Sr. Bruno Antônio Chaves decidiu fixar moradia com um grupo de 12 pessoas, naquele local, provenientes de Irituia (Prefeitura de Mãe do rio, s.d.).

Paragominas é um dos poucos exemplos de cidade planejada que temos no estado. Surgiu a partir da vontade de Célio Miranda, que negociou a implantação de uma cidade na Amazônia com o então presidente Juscelino Kubitschek. O presidente forneceu-lhe um documento a ser entregue ao Governador do Pará, Jarbas Passarinho, onde solicitava que fosse cedida a gleba de terras escolhida por Célio (Prefeitura de Paragominas, s.d.). Célio recebeu a concessão das terras, e ainda recebeu uma das plantas que havia concorrido para o projeto de construção de Brasília. As terras foram divididas em 200 glebas, vendidas a investidores que ajudaram a financiar a construção do município (Prefeitura de Paragominas, s.d.)

Dom Eliseu era um povoado de Paragominas, conhecido como Km 0, por estar no início da rodovia BR-222 (antiga PA-70), que liga a BR-010 à Marabá. Essa localização estratégica contribuiu para o rápido crescimento da cidade (Prefeitura de Dom Eliseu, s.d.).

Ulianópolis surgiu a partir de um pequeno acampamento pioneiro formado pelo engenheiro Bernardo Sayão, às margens do riacho que ele denominou de Gurupzinho. Esse acampamento se transformou num povoado, que passou a abrigar várias famílias na década de 60, atraídas pelos projetos de colonização da Amazônia, entre elas a família Uliana, que deu origem à denominação atual do município (Prefeitura de Ulianópolis, s.d.).

3.3.3. Recursos Naturais

Segundo Furtado e da Ponte (2013), a superfície terrestre dos municípios do MRT BR-010, em sua porção oeste, apresenta altimetria com áreas de baixos planaltos, denominados Planaltos Rebaixados da Amazônia (50 a 200 m), originados de sedimentos terciários da formação Barreiras. Já em sua porção leste (predominantemente nos municípios de Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu), há a ocorrência do Planalto Setentrional Pará-Maranhão, que corresponde a relevos em formas de chapadas com altimetria de 100 a 350 m, correspondendo à bacia sedimentar do meio norte e da Depressão do Gurupi (Furtado e da Ponte, 2013).

A formação geológica dos municípios do MRT BR-010 ocorreu no Éon Fanerozóico (542 milhões de anos até o presente), Era Cenozóica (Planaltos Rebaixados) e Mesozóica (Planalto Setentrional (da Luz et al., 2013).

A morfoestrutura **Bacias e coberturas sedimentares** sustenta as unidades de relevo **Planalto Rebaixado da Amazônia e Planalto Setentrional Pará-Maranhão** (da Luz et al., 2013).

De acordo com o sistema brasileiro de classificação de solos elaborado pela Embrapa, na região predominantemente ocorrem latossolos amarelos, de textura média (ocorrem em grandes extensões, são profundos, bem drenados, de elevada acidez e baixa fertilidade), com boa aptidão para

agricultura. Nos municípios de Dom Eliseu e Ulianópolis há ocorrência de argissolo vermelho-amarelo, profundos ou muito profundos, bem estruturados e drenados, de baixa fertilidade natural.

A vegetação é considerada antropizada, predominantemente formada por Florestas Secundárias, decorrentes da elevada remoção das Florestas Primárias para, inicialmente, o estabelecimento de cultivos de subsistência (milho, arroz, feijão e mandioca). A prática intensiva da agropecuária e da expansão do cultivo de grãos, contribuíram fortemente para o desmatamento da região.

De acordo com a Resolução nº 32/2003 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a RI Rio Capim possui duas Regiões Hidrográficas: Região Hidrográfica do Tocantins e uma pequena porção da Atlântico Nordeste Ocidental, abrangendo as bacias hidrográficas dos Rios Capim e Gurupi (SEIR, 2010).

Segundo a classificação de Köppen, no estado do Pará o clima é Tropical Equatorial Quente Úmido (A). Na porção central e noroeste da RI Rio Capim, ocorre o subtipo climático tropical equatorial de monções (Am), moderadamente chuvoso (Am1) e pouco chuvoso e moderadamente seco (Am2) (da Luz et al., 2013). Na porção sudeste, ocorre o subtipo equatorial de savanas ou “chuvas de verão” (Aw), que apresenta inverno bem definido e seco (Aw2). O trimestre mais chuvoso ocorre nos meses de fevereiro, março e abril e o período mais seco varia em algumas regiões da RI, entre o período de julho, agosto e setembro e o período de outubro, novembro e dezembro (SEIR, 2010).

Considerando o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará, a RI Guamá se encontra na Zona de Consolidação e Recuperação das Atividades Produtivas (SEIR, 2010).

3.3.4. Áreas Legalmente Protegidas

Neste MRT existem 4 (quatro) áreas protegidas, que são terras indígenas e estão descritas na Tabela 6, a seguir:

Município	Grupo	Denominação	Área (km ²)	Responsável
Aurora do Pará	Terra indígena	Maracaxi	7,2	Funai
Ipixuna do Pará	Terra indígena	Sarauá	186,0	Funai
Paragominas	Terra indígena	Alto Rio Guamá	2799,0	Funai
	Terra indígena	Barreirinha	24,0	Funai

Tabela 6. Áreas ambientalmente protegidas. Fonte: Funai, 2017.

3.3.5. Infraestruturas

A Região de Integração do Rio Capim apresenta a maior malha rodoviária pavimentada do Estado, com 895,93 Km, sendo os municípios de Paragominas e Dom Eliseu os que apresentam a maior extensão de rodovias pavimentadas (SEIR, 2010). Quanto ao serviço de transportes, a região é atendida predominantemente por transporte terrestre, sendo o urbano na modalidade de táxi, mototáxi e vans. Há algumas linhas intermunicipais de ônibus. O transporte por barcos é reduzido, ocorrendo em apenas 31% dos municípios da RI (SEIR, 2010). O transporte aeroviário é oferecido nos municípios de Dom Eliseu e Paragominas. Segundo a FAPESPA (2016), estão planejadas as instalações da hidrovía Rio Guamá-Capim, e das ferrovias Água Boa-Barcarena (FEPASA) e Norte-Sul. A Figura 7 traz a representação esquemática do mapa de infraestrutura da RI Rio Capim.

A partir da Tabela 7 se pode verificar que o total de Instituições de Ensino Fundamental deste MRT é igual a 617 e o total de Instituições de Ensino Médio é igual a 33. Ulianópolis e Dom Eliseu são os municípios que apresentam o menor número de escolas e Irituia o que apresenta maior número.

Na mesma tabela é possível observar a quantidade de estabelecimentos de saúde que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que, no MRT, somam 116.

De acordo com dados da FAPESPA (2016), a RI Rio Capim apresenta a 3ª maior taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais (20%), a 3ª menor taxa de mortalidade infantil (15%) e a 6ª maior taxa

de pobreza do Estado (42%).

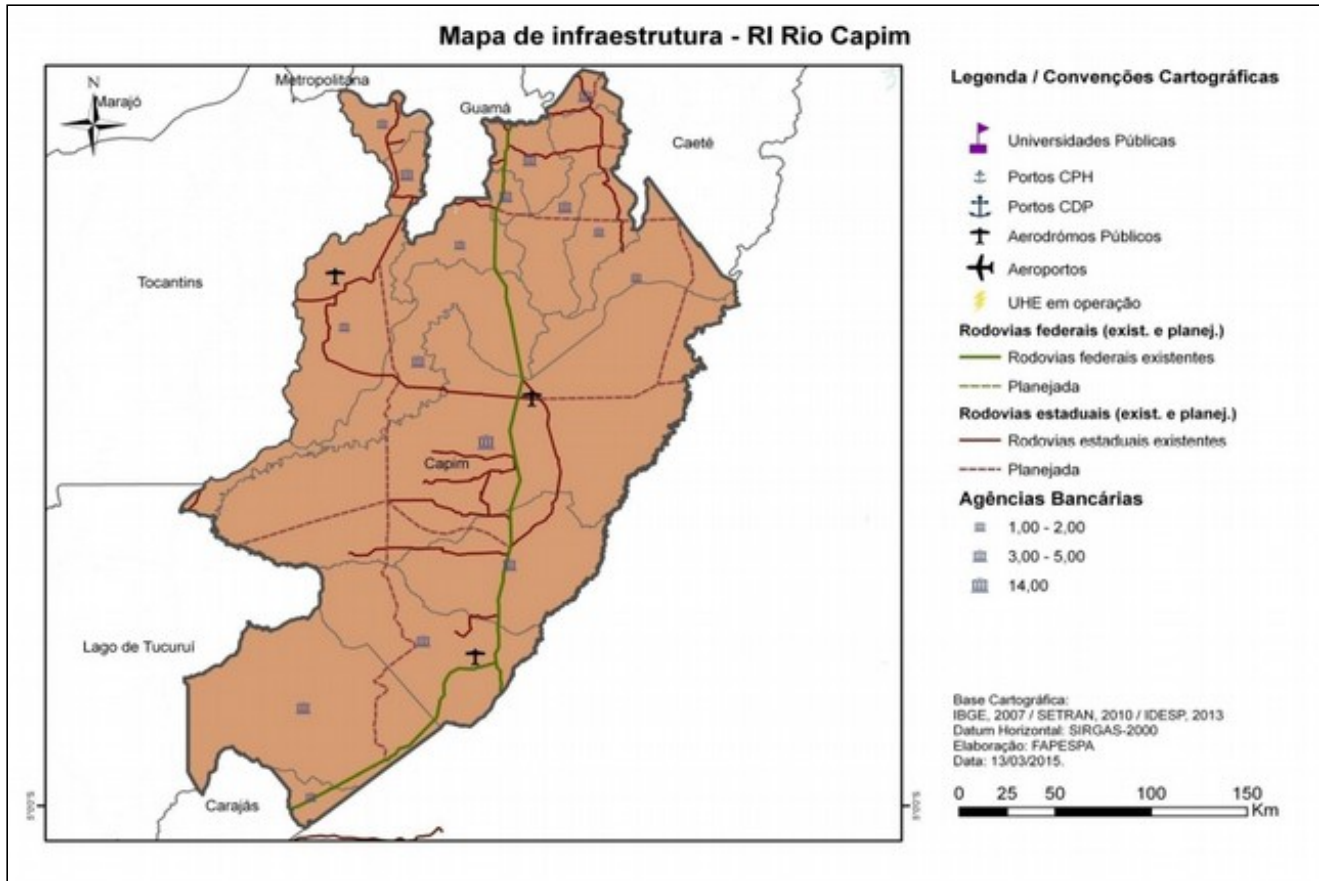


Figura 7. Mapa de infraestrutura da RI Guamá. Fonte: FAPESPA (2016).

Municípios	Escola Ens. Fund.	Escola Ens. Méd.	Estab. Saúde (SUS)
Aurora do Pará	79	3	10
Dom Eliseu	40	4	10
Ipixuna do Pará	66	2	13
Irituia	108	5	12
Mãe do Rio	54	3	15
Paragominas	77	10	17
São Domingos do Capim	87	1	9
São Miguel do Guamá	77	4	23
Ulianópolis	29	1	7
Total	617	33	116

Tabela 7. Número de estabelecimentos de ensino fundamental e médio e de saúde presentes nos municípios do MRT. Fonte IBGE (Dados de 2017).

3.3.6. Principais Atividades Agropecuárias

Segundo dados da FAPESPA (2016), a Região de Integração Rio Capim, que abrange os municípios deste MRT, é a maior produtora de grãos do Estado, respondendo por 40% da produção total, sendo ainda a maior produtora de soja (50%) e milho (30%). Também destaca-se na produção em fruticultura, sendo responsável pelas seguintes porcentagens da produção estadual: 83% da safra de laranja, 16% da safra de coco, 33% da safra de maracujá e 12% da safra de mamão. Possui o 5º maior rebanho bovino do Estado, correspondendo a 8% do total.

3.3.7. Apresentação e Análise dos Resultados

A colheita de opiniões fundamentadas e de dados sobre ofertas e negócios realizados de imóveis foi realizada em todos os municípios da Região analisada. Também levantamos informações sobre as características econômicas dos municípios, como potencialidades agrícolas, principais produtos cultivados, fatores de indução da venda de imóveis rurais etc.

Os órgãos que mais contribuíram para a obtenção dessas informações foram a EMATER, as Secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente e os Sindicatos de Produtores e Trabalhadores Rurais. Também consultamos imobiliárias, corretores de imóveis rurais e profissionais da área de geotecnologia. Após reunir as informações necessárias sobre os imóveis ofertados, quando possível, procedemos com a marcação de uma coordenada geográfica da porteira de entrada de cada imóvel em campo.

Nesta pesquisa não foram consultados os cartórios de notas, em virtude de sua pouca contribuição histórica a este trabalho e por conta do pouco tempo disponível para sua realização.

A partir das opiniões e de informações básicas de localização de imóveis ofertados e de proprietários que fizeram ou pretendiam fazer negócio no último ano, contatamos os informantes por telefone e/ou fomos até o imóvel. Seguindo esta metodologia, pesquisamos 31 imóveis, entre ofertas e negócios realizados, de acordo com a Tabela 8.

Tipologia	Tipo de Informação	Quantidade
Pecuária	NR	6
	OF	3
	OP	-
Agricultura	NR	13
	OF	2
	OP	-
Terra nua	NR	3
	OF	4
	OP	-
TOTAL		31

Tabela 8. Número de imóveis pesquisados por tipologia.

De acordo com os dados obtidos, identificamos que:

- a) Os preços de oferta dos imóveis rurais podem ser negociáveis em até 20% para a efetivação da venda;
- b) Com a escassez de madeira, muitas serrarias saíram dos municípios de Dom Eliseu, Ulianópolis e Paragominas, abrindo espaço para a pecuária de corte e de leite e, principalmente, para a agricultura de grãos, transformando a região num polo produtivo;
- c) Na região também se estabeleceu a prática de reflorestamento com eucalipto, que vem sendo utilizado para corte com a finalidade de abastecer a empresa Suzano Papel e Celulose;
- d) Nos últimos anos, o rebanho dessa região caiu quase 50%, tendo sido substituído pela agricultura de grãos e pelo reflorestamento;
- e) Áreas de chapadão, independentemente se de fácil ou de difícil acesso, são as áreas mais caras, pois permitem a utilização da mecanização avançada que é utilizada no plantio e na colheita dos grãos;

f) A maior parte dos imóveis em comercialização estão em período de pousio, já que os proprietários não estão se desfazendo de áreas que estão em plena produção de grãos e eucalipto.

3.4. MERCADO REGIONAL DE TERRAS PA-150

3.4.1. Abrangência Geográfica

O Mercado Regional de Terras PA-150 abrange os municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Bujaru, Barcarena, Cametá, Concórdia do Pará, Igarapé Miri, Mocajuba, Moju, Tailândia e Tomé-Açu (Figura 8.)



Figura 8. Municípios que compõem o MRT PA-150.

3.4.2. Histórico de Ocupação

De acordo com o *site* da Prefeitura de Tomé-Açu, a área que hoje é compreendida pelo município teve como primeiros habitantes os indígenas Tembé, localizados próximos ao rio Acará-Mirim. Ainda segundo o *site*, o processo de colonização (a fonte não especifica o período) do território se deu com a chegada do português José Maria de Carvalho, primeiro madeireiro da foz do Igarapé Tomé-Açu, e o senhor Agapito Joaquim de Cristo, que adquiriu por aforamento a área denominada de Fazenda Bela Vista.

Em 1926, chegaram à região os primeiros imigrantes japoneses, num grupo de cientistas que buscavam áreas para a instalação de colônias agrícolas (OLIVEIRA, 2017). Em 1929, a Companhia nipônica de Plantação do Brasil, comprou terras na localidade, inclusive a Fazenda Bela Vista, e então 42 famílias japonesas se instalaram e iniciaram a nova dinâmica de produção agrícola da região (G1, 2008). Hoje, Tomé-Açu possui a terceira maior colônia japonesa no Brasil e o município chegou a alcançar o patamar de maior produtor brasileiro de pimenta-do-reino (OLIVEIRA, 2017).

O atual município do Acará se originou na época da colonização da Província do Grão-Pará, tendo a região de seu principal rio, o Acará, recebido os primeiros exploradores portugueses e colonos

(IBGE, s/d). Com a notícia de rios de fácil navegação, terras férteis e da presença de madeira de lei, a localidade atraiu a atenção de muitos migrantes, transformando-se num povoado que, em 1758, foi elevado à Freguesia de São José (PREFEITURA DO ACARÁ, s/d). O reconhecimento como município se deu em 1935 (PREFEITURA DO ACARÁ, s/d).

O município de Tailândia originou-se a partir de desmembramento do município do Acará, em 1988 (PREFEITURA DE TAILÂNDIA, s/d). Sua colonização e desenvolvimento foram muito conflituosos, pois fazendeiros, grileiros e posseiros estavam em disputa, buscando se estabelecer nas terras, ao acompanhar a construção da PA-150, na década de 70 (PREFEITURA DE TAILÂNDIA, s/d). Em 1978, por determinação do governador do Estado, e sob intervenção da PM, o Instituto de Terras – ITERPA iniciou o cadastramento dos colonos da região e o processo de demarcação de terras devolutas e de distribuição de lotes entre os Km 51 e 83 da PA-150 (JOSENALDO JUNIOR, 2018). O nome do município foi escolhido por sugestão do interventor, Tenente Pinheiro, que comparou os conflitos da localidade com os que se passavam no país asiático Tailândia, que vivia uma guerra civil (JOSENALDO JUNIOR, 2018).

Já sobre o município de Bujaru não se tem informações precisas quanto a sua origem, sabendo-se apenas que seu território fora habitado, a princípio, por migrantes nordestinos, que chegaram em busca das terras férteis para produção agrícola (IBGE, 2017b). O município já foi distrito de Capim (atual São Domingos do Capim), tendo sido emancipado em 1943.

Concórdia do Pará teria se originado a partir de uma vila, localizada na interseção das estradas PA-152 e PA-140, como mias um exemplo do processo de ocupação do território paraense, com o avanço das frentes pioneiras, aberturas de estradas e migrações direcionadas a ocupar suas proximidades (IBGE, 2017c). Foi emancipado do município de Bujaru em 1988.

3.4.3. Recursos Naturais

A região apresenta em sua maior proporção uma topografia plana a suave ondulada e solos de média a baixa fertilidade natural.

3.4.4. Áreas Legalmente Protegidas

Neste MRT existem 4 (quatro) áreas protegidas, que são terras indígenas e estão descritas na Tabela 9, a seguir:

Município	Grupo	Denominação	Área (km ²)	Responsável
Tomé-Açu	Terra indígena	Tembé	11,0	Funai
	Terra indígena	Turé-Mariquita I	1,5	Funai
	Terra indígena	Turé-Mariquita II	6,0	Funai
Moju	Terra indígena	Anambé	79,0	Funai

Tabela 9. Áreas ambientalmente protegidas. Fonte: Funai, 2017.

3.4.5. Infraestruturas

A região é constituída por uma malha viária composta por Rodovias Estaduais (PAs), apresentando-se quase 100% pavimentada, permitindo a trafegabilidade durante todos os períodos do ano nestes municípios.

As sedes desses municípios são dotadas de infraestruturas de nível razoável a bom, como: estradas, comércio, telefonia fixa e móvel, casas de crédito, bancos, correios, acesso rodoviário e hidroviário, Poderes Públicos Executivo, Legislativo e Judiciário, assistência técnica, etc.

3.4.6. Principais Atividades Agropecuárias

De acordo com a Abrapalma [201-], nos municípios deste MRT temos a mandioca como principal cultura temporária e o dendê como principal cultura permanente. Bujaru e Concórdia do Pará produzem coco da Baía e Tomé-Açu produz borracha, açaí, castanha-do-pará, lenha e madeira em tora. A pecuária bovina não é significativa na região, mas a pecuária bubalina é expressiva no Acará.

A maioria das propriedades concentram áreas de até 50 hectares e mantêm produções diversificadas, com a combinação de culturas permanentes e temporárias, para o mercado e a subsistência (mandioca, pimenta, açaí, coco, cacau, cupuaçu, arroz, milho, hortaliças, entre outros).

3.4.7. Apresentação e Análise dos Resultados

O trabalho foi realizado em cada município componente do MRT em questão, onde se levou em consideração fatores como: Tipos de Terras com pastagens, com agricultura, com mata e/ou capoeira e/ou juquirá (terra nua), localizadas na beira do asfalto ou próximo às sedes dos municípios, como também localizadas em estradas vicinais, longe do asfalto e da sede dos municípios.

Os preços de cada tipo de terra de acordo com os fatores anteriormente citados foram pesquisados quanto ao Menor Preço e Maior Preço, conforme Ficha de Coleta de Preços de Terras, estabelecida como modelo para os trabalhos de pesquisa de valores de terras elaborada por técnicos da SR – 01, e Ficha de Pesquisa de Negócios Realizados e Ofertados, que compõem o Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial do INCRA.

Os preços de terras pesquisados praticados em cada município foram cotados em reais e de acordo com a unidade de medida de área utilizada em cada um deles, ou seja, por lote de 25 hectares, por alqueire ou por hectare (conforme fichas de coleta de preços e fichas de pesquisa e negócios realizados e ofertados).

No MRT PA-150, composto por 12 (doze) municípios, foram realizadas 18 pesquisas (conforme tabela 10), junto a representantes de entidades de classe ligadas ao setor rural, instituições públicas e privadas, agricultores, produtores e proprietários rurais, Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agrícolas, profissionais ligados ao setor imobiliário rural, ou seja, pessoas que detêm pleno conhecimento acerca do comportamento dos preços de terras praticados nos respectivos municípios.

Tipologia	Tipo de Informação	Quantidade
Pecuária	NR	
	OF	
	OP	3
Agricultura	NR	9
	OF	
	OP	2
Terra nua	NR	
	OF	
	OP	4
TOTAL		18

Tabela 10. Número de imóveis pesquisados por tipologia.

É importante ressaltar, que os valores obtidos na pesquisa não foram vinculados a qualquer imóvel paradigma.

Fazendo uma análise dos Valores Referenciais do Mercado de Terras e Imóveis Rurais no MRT trabalhado, verificamos que houve um aumento nos valores dos imóveis rurais nos municípios de Tailândia e Tomé-Açu, devido principalmente à expansão da soja, determinando valores de terras bem

parecidos, sem diferenciação de preços devido à distância em relação a sede do município ou proximidade de vias asfálticas.

Além disso, a implantação e expansão das empresas Biopalma/Biovale e Dendê do Tauá S/A na região, no início dos anos 2010, movimentou o mercado, haja vista a necessidade dessas empresas em áreas para efetivação de seus projetos. Assim, essas empresas negociaram não apenas as grandes áreas, mas também as pequenas que, muitas vezes contíguas, foram agrupadas.

Outro fator que contribuiu para a valorização das terras nesta região foi a promessa do Governo Estadual de asfaltar a estrada denominada perna sul, que liga a Alça Viária a PA-252 e esta à cidade do Acará, obra até hoje não concluída. O asfaltamento e a construção da ponte na estrada que liga o município de Tomé-Açu à Alça Viária também não foram concluídos.

Como as empresas Biopalma e Dendê do Tauá S/A já tinham adquirido área suficiente para a implantação de seus projetos originais e as promessas do Governo não foram cumpridas, a comercialização de terras nesta região foi paralisada, provocando uma diminuição nos preços de terras. Segundo um funcionário da empresa Dendê do Tauá S/A, hoje quando os agricultores e proprietários de terras desta região procuram essas empresas para comercializar seus imóveis, percebem que elas é quem ditam os preços. No município de Tomé-Açu, onde a indústria madeireira é o carro-chefe da economia local e todos os proprietários de serrarias também são donos de terras, a fiscalização dos Órgãos Ambientais exigindo o fiel cumprimento da legislação, proibindo desmatamento além do permitido, proibindo a produção de carvão vegetal, fiscalizando os Projetos de Manejo Sustentável, etc. Também influenciou na estagnação do mercado de terras. Já em Tailândia, desde que ocorreram as operações Guardiões da Amazônia e Arco de Fogo, com a proibição da produção de carvão vegetal, a economia do município sentiu e desde então passa por imensas dificuldades, o que prejudica não só o comércio de terras como toda a economia local. Além disso, os dados mostram que Tailândia é uma das cidades mais violentas do país, condição que se estabeleceu devido às ações governamentais que reprimiram as práticas econômicas que garantiam a dinâmica financeira do local, sem apresentar alternativas ou propostas que fomentassem novas atividades econômicas.

A tendência e o cenário futuro para o mercado de terras e a economia dos municípios deste MRT parece ser promissor se levarmos em consideração os seguintes aspectos:

- a) Programa Nacional de Estímulo a Produção de óleo de Palma: A usina que será construída pela Petrobras na região de Tomé-Açu deve criar pelo menos sete (7) mil novos empregos diretos, sendo que 5.250 somente na área agrícola, 1.750 no setor industrial e os demais na agricultura familiar. Segundo disse o presidente da Petrobras Biocombustível Miguel Rosseto, serão gerados emprego e desenvolvimento para a população, mas, com um rigor absoluto na questão de respeito ambiental. Um dos principais focos desse programa além, é claro, da produção do óleo de Palma, é colaborar para a diminuição do desmatamento;
- b) A Petrobras Biocombustível mencionou em reuniões que o escritório da empresa deverá ficar no município de Mocajuba e serão instaladas indústrias para o beneficiamento do óleo de palma em Tomé-Açu e provavelmente nos municípios de Baião Igarapé-Miri;
- c) O asfaltamento da rodovia que liga o município de Tomé-Açu à Alça Viária, incluindo a construção da ponte, da rodovia estadual que liga o município de Mocajuba ao município de Baião e da perna sul, mais a construção de duas pontes na PA que liga os municípios de Igarapé-Miri ao município de Mocajuba;
- d) A ação do Governo do Estado do Pará por meio do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, que já está realizando o levantamento das terras desses municípios para promover a regularização fundiária;
- e) A necessidade de os Governos Federal, Estadual e Municipal investirem em políticas públicas, como a implantação de estradas vicinais de qualidade para escoamento da produção, agroindústrias, e a oferta de energia rural, telefonia fixa e móvel, educação, Escolas Técnicas Profissionalizantes, financiamentos com juros baixos para o pequeno e

médio produtor, assistência técnica, além da determinação de uma política de preços mínimos.

4. PLANILHAS DE PREÇOS REFERENCIAIS – PPR E DE CUSTO/FAMÍLIA

PPR/SR01/PA/Nº 01/2018-2019 – MRT Castanhal

PPR – MERCADO REGIONAL DE TERRAS CASTANHAL					
TIPOLOGIAS	N. de Elem.	Média (R\$/ha)	CV (%)	L. Inf. (15%)	L. Sup. (15%)
Exploração Indefinida	14	5010,79	25,24	4259,17	5762,40
1º nível categórico					
Pecuária	8	6961,75	20,45	5917,49	8006,01
Agricultura	4	5928,50	2,41	5039,23	6817,78
Terra Nua	10	1084,40	22,42	921,74	1247,06
MUNICÍPIOS: Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia.					

PPR/SR01/PA/Nº 02/2018-2019 – MRT Bragantino

PPR – MERCADO REGIONAL DE TERRAS BRAGANTINO					
TIPOLOGIAS	N. de Elem.	Média (R\$/ha)	CV (%)	L. Inf. (15%)	L. Sup. (15%)
Exploração Indefinida	17	1708,77	27,26	1452,45	1965,08
1º nível categórico					
Pecuária	6	2195,19	15,73	1865,91	2524,46
Agricultura	3	1792,86	2,22	1523,93	2061,79
Terra Nua	8	1198,57	24,73	1018,79	1378,36
MUNICÍPIOS: Augusto Corrêa, Bragança, Bonito, Cachoeira do Piriá, Capanema, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Ourém, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu.					

PPR/SR01/PA/Nº 03/2018-2019 – MRT BR-010

PPR – MERCADO REGIONAL DE TERRAS BR-010					
TIPOLOGIAS	N. de Elem.	Média (R\$/ha)	CV (%)	L. Inf. (15%)	L. Sup. (15%)
Exploração Indefinida	8	4012,39	18,64	3410,53	4614,25
1º nível categórico					
Pecuária	5	4229,75	16,26	3595,29	4864,21

Agricultura	6	6000,77	22,37	5100,66	6900,89
Terra Nua	4	1859,26	10,98	1580,37	2138,14
2º nível categórico					
Agricultura de Grãos	5	6374,48	17,22	5418,31	7330,65
3º nível categórico					
Agricultura de Grãos em Paragominas	3	2410,46	13,09	2048,89	2772,03
MUNICÍPIOS: Aurora do Pará, Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Paragominas, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá e Ulianópolis.					

PPR/SR01/PA/Nº 04/2018-2019 – MRT PA-150

PPR – MERCADO REGIONAL DE TERRAS PA-150					
TIPOLOGIAS	N. de Elem.	Média (R\$/ha)	CV (%)	L. Inf. (15%)	L. Sup. (15%)
Exploração Indefinida	10	1508,63	18,91	1282,34	1734,92
1º nível categórico					
Pecuária	3	1683,33	9,07	1430,83	1935,83
Agricultura	3	1605,56	23,59	1364,72	1846,39
Terra Nua	3	1400,00	3,57	1190,00	1610,00
MUNICÍPIOS: Abaetetuba, Acará, Baião, Bujaru, Barcarena, Cametá, Concórdia do Pará, Igarapé Miri, Mocajuba, Moju, Tailândia e Tomé-Açu.					

CUSTO POR FAMÍLIA			
MERCADOS	Custo Médio¹ (R\$/ha)	Área média² (ha)	Custo/Família³
MRT Castanhal	5.967,01	60	358.020,71
MRT Bragantino	1.898,94	55	104.441,70
MRT BR-010	4.747,64	59	280.110,66
MRT PA-150	1.599,17	48	76.760,32

¹ Custo médio obtido a partir do 1º Nível Categórico. Valores de Terra Nua não inclusos.

² Média dos Módulos Fiscais de cada município que compõe o MRT.

³ Custo médio x Área Média.

5. EQUIPE RESPONSÁVEL

Peritos Federais Agrários responsáveis pela pesquisa em campo:

MRT BR-010 e Castanhal – Carolina Araújo e Ribamar Freitas

MRT Bragantino – Blunio Brito Bernardo

MRT PA-150 – Almir Portal Alves

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M. J. de S. et al. **Território Nordeste Paraense: desenvolvimento sustentável e gestão estratégica dos territórios rurais no Estado do Pará.** Belém: UFPA/MDA, 2011. 67 p. (Relatório Analítico).

BARRETO, P. et al. **Quem é dono da Amazônia?** uma análise do recadastramento de imóveis rural. Belém: IMAZON, 2008. 72p.

DA LUZ, L. M., RODRIGUES, J. E. C., PONTE, F. C. P., DA SILVA, C. N. **Atlas Geográfico Escolar do Estado do Pará.** 1. ed. - Belém: Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia – GAPTA/UFPA. 64 p. 2013.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Guamá.** Fundação de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará – FAPESPA. 2016.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Terras indígenas.** Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

FURTADO, A. M. M. e da Ponte, F. C. **Mapeamento das unidades de relevo do estado do Pará.** Revista GeoAmazônia. v. 02, n. 2, p. 56-67. 2013.

G1. **Japoneses trouxeram diamante negro para a Amazônia.** 30 de abr de 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL449480-9980,00-JAPONESES+TROUXERAM+DIAMANTE+NEGRO+PARA+A+AMAZONIA.html>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional.** 2017. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1>. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. **Biblioteca.** Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/acara.pdf>>. 2017. Acesso em 15 de maio de 2019.

_____. **Histórico.** 2017b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/bujaru/historico>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

_____. **Histórico.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/concordia-do-para/historico>>. 2017c. Acesso em 15 de maio de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Planilha de Preços Referencias de Terras.** Brasília, [201-]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/relatorios-analise-mercados-terras>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

_____. **Missão e Visão.** Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/missao-e-visao>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

_____. **Módulo V – Relatório de Análise de Mercados de Terras – RAMT.** Brasília, 2014.

_____. **I3Geo.** 2016. Disponível em: <<http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/>>.

JOSENALDO JUNIOR. **Breve história de Tailândia.** 2018. Disponível em: <<https://portaltailandia.com/tailandia-pa/breve-historia-de-tailandia-e-informacoes-do-municipio-do-nordeste-do-para/>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

LEANDRO, L. M. L. SILVA, F. C. **A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará.** Novos Cadernos NAEA, v. 15, n. 2, p. 143-174, NAEA/UFGA, dez. 2012.

OLIVEIRA, J. S.R. **Uso do território, experiências inovadoras e sustentabilidade:** um estudo em unidades de produção familiares de agricultores/as na área de abrangência do programa PROAMBIENTE, nordeste paraense. 2006. 131 p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

OLIVEIRA, N. O Japão dentro do Brasil. 16 de Jun de 2017. Disponível em : <<http://www.turismo.gov.br/%C3%Baltimas-not%C3%Adcias/7896-o-jap%C3%A3o-dentro-do-brasil.html>>. Acesso em 14 de maio de 2019.

PORTAL ODIVELAS. Disponível em: <http://saocaetanodeodivelas.com/sao-caetano-de-odivelas/>. Acesso em 27/08/2018.

PREFEITURA DE ACARÁ. Disponível em: <<http://acara.pa.gov.br/o-municipio/historia/>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

PREFEITURA DE AURORA DO PARÁ. Disponível em: <https://www.auroradopara.pa.gov.br/informa.php?id=6>. Acesso em 30/08/2018.

PREFEITURA DE BENEVIDES. Disponível em: <http://www.benevides.pa.gov.br/>. Acesso em 27/08/2018.

PREFEITURA DE DOM ELISEU. Disponível em: <http://www.domeliseu.pa.gov.br/pagina/149-historia>. Acesso em 30/08/2018.

PREFEITURA DE IGARAPÉ AÇU. Disponível em: http://prefeituradeigarapeacu.pa.gov.br/site/vc_sidebar/historico/. Acesso em 27/08/2018.

PREFEITURA DE IPIXUNA DO PARÁ. Disponível em: <http://www.ipixunadopara.pa.gov.br/index.php/municipio/historia>. Acesso em 30/08/2018.

PREFEITURA DE IRITUÍIA. Disponível em: http://irituia.pa.gov.br/pagina/78_Historia-da-Cidade.html. Acesso em 30/08/2018.

PREFEITURA DE MÃE DO RIO. Disponível em: <https://prefeituramaedorio.pa.gov.br/informa.php?id=55>. Acesso em 30/08/2018.

PREFEITURA DE MARAPANIM. Disponível em: <http://www.marapanim.pa.gov.br/sobre/>. Acesso em 27/08/2018.

PREFEITURA DE MARITUBA. Disponível em: <http://www.marituba.pa.gov.br/site/o-municipio/historia/>. Acesso em 27/08/2018.

PREFEITURA DE PARAGOMINAS. Disponível em: <http://www.paragominas.pa.gov.br/cidade/>. Acesso em 30/08/2018.

PREFEITURA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM. Disponível em: <http://saodomingosdocapim.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em 30/08/2018.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. Disponível em: <https://www.saomigueldoguama.pa.gov.br/cidade/>. Acesso em 30/08/2018.

PREFEITURA DE TAILÂNDIA. Disponível em: <http://www.tailandia.pa.gov.br/cidade/>. Acesso em 15 de maio de 2019.

PREFEITURA DE ULIANÓPOLIS. Disponível em: <https://www.ulianopolis.pa.gov.br/nossa-historia>. Acesso em 30/08/2018.

SEPOF/PA. **Estatísticas municipais**. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF. 2007.

SEIR/PA. **Atlas de Integração Regional do Estado do Pará**. Secretaria de Estado de Integração Regional. Diretoria de Integração Territorial – SEIR. 2010.

SILVA, M. E. P. da et al. **Diagnóstico e planejamento de desenvolvimento do território rural do nordeste paraense**. Capanema: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 134p.

VIEIRA, I. C.G.; TOLEDO, P.M. de; ALMEIDA, A. Análise das modificações da paisagem da Região Bragantina no Pará: integrando diferentes escalas de Tempo. **Ciência e Cultura**, v. 59, n. 3, p. 27-30, 2007.

7. ANEXOS AO RELATÓRIO DE ANÁLISE DE MERCADOS DE TERRAS – RAMT

7.1. Ordens de serviço

Documentos 1231927 e 1993882.

7.2. Fichas de pesquisa efetivamente utilizadas para a avaliação

Documento 3659258.

7.3. Memórias de cálculo

Documento 3659842.

7.4. Mapas temáticos

Documento 3659873.

7.5. Ata da Câmara Técnica

Documento 3682834.

7.6. **Ata do CDR**

Documento assinado eletronicamente por **Carolina dos Santos Araújo, Engenheiro Agrônomo**, em 11/06/2019, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Blunio Brito Bernardo, Chefe de Divisão**, em 11/06/2019, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Ribamar da Cruz Freitas, Engenheiro Agrônomo**, em 12/06/2019, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Almir Franklin Portal Alves, Engenheiro Agrônomo**, em 13/06/2019, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3647007** e o código CRC **322C0525**.